

Fabiana chegou perto da menina, sentou-se ao lado, e disse toda animada:
— Belinha, Beloca, arrasou... Essa *fan page* e blog de vocês já é sucesso aqui na escola, sabia? O “Galera...” está bombando. Passei na sala dos professores e eles conversavam como poderiam aproveitar a iniciativa de vocês e envolverem as outras turmas na Educação Fiscal e na Cidadania. Acho que vem novidade por aí...

NO AR



Depois disso, a turma, que já estava entusiasmada, reuniu-se no estúdio da rádio da escola e foi entrevistada pela equipe de alunos que dirigem a programação diária. Falaram sobre o blog, sobre a *fan page*, e sobre outras coisas que estavam aprendendo e descobrindo com a Fabiana, além de denunciar o estado da pracinha, que agora eles chamavam de “nossa”.

Marcos e Helano, responsáveis pela rádio, garantiram divulgar durante os intervalos a ideia da *fan page*, que agora não estaria mais só *on-line*, mas também no ar.

Encontraram uma música, o “Rap da Cidadania”*, e tocaram na rádio:

“Liberdade, liberdade abre asas sobre nós! (...)

Se a lei for respeitada fica bem melhor a vida!”

O certo é que, de repente, lá estavam o Mano e o Doutô, no pátio, dançando o rap, curtindo a novidade e, sem querer, chamando a atenção dos alunos da escola para aquelas questões tão importantes do dia a dia de todos, mas que, geralmente, a galera não curte muito, mesmo quando elas afetam diretamente a nossa vida.

(*) <http://www.youtube.com/watch?v=LleOAsw8AI0>





Episódio 3

Função Social dos Tributos

Quando, na semana seguinte, os alunos da turma da professora Fabiana chegaram na escola, tiveram uma ótima surpresa: foram transferidos para outra sala de aula, uma novinha em folha, com pintura alegre, quadro branquinho, carteiras confortáveis e a lixeira na porta. Tudo novo e em seu lugar, como deveria estar sempre.

Belinha teve uma ideia: imprimiu em casa umas etiquetas com nomes de todos os seus colegas e pregou uma a uma nas suas carteiras:

— É pra turma lembrar que cada carteira dessas nos pertence. Este ano será nossa e no ano que vem de outro colega. Por isso, temos a obrigação de tomar conta delas direitinho, pois foram compradas com o dinheiro de todos os cidadãos, inclusive o nosso.

— Belinha, desse jeito nós vamos ter que fazer uma campanha para colocar etiqueta em todo canto. No orelhão (que vive quebrado), no bebedouro, na porta da biblioteca, na entrada do ginásio, nos computadores do laboratório de informática, nas mesas e bancos do refeitório, no que está precisando de uma reformazinha ou mesmo naquilo que está bom, mas pode melhorar, não é? Puxa, pensando bem, vamos ter que etiquetar até as árvores do pátio! — assombrou-se o Paulinho.

— Podíamos fazer isso na pracinha, também. Lá está precisando... — lembrou o Juca. Foi quando a Fabiana chegou trazendo um monte de cartazes em cartolinas enroladas debaixo do braço, pedindo aos meninos para ajudarem a pregá-los no quadro.

Nos cartazes, uma série de nomes compridos, quase sem fim...

— Gente, eu falei, falei e falei sobre tributos esses dias todos, mas acho que chegou a hora de “dar nome aos bois”...

— Valha, professora, agora você vai ensinar Ciências? — perguntou Tinoco, naquele humor que é bem dele.

— Não, menino... É jeito de falar. O bicho que nós vamos dar nome aqui é o bicho TRIBUTO! E como a professora mais querida, adorada e idolatrada salve, salve, de vocês, euzinha, claro, não sabe bem mexer nesse tal computador, trouxe aqui uns painéis bacanas para nos ajudar a entender quais são os principais tributos.

— Professora, a gente faz um trato com você: nos ensine mais de Educação Fiscal que a gente ensina você a preparar essa aula em *slides* e captar as imagens pelo *Google*, tá?

— Nossa, já fiquei nervosa... mas, topo, sim. Fechado, professora Belinha.

Belinha ficou toda orgulhosa, afinal, nunca antes fora chamada de professora, muito menos pela sua professora favorita.

— Diz aí, profi, que se você liberar a gente dessas aulas, nós ensinamos uns passos de rap bem legais também, tá ligada? — brincou o Mano, agora se ajeitando na turma do fundão.

— Ah, querido, acho que prefiro não aprender a dançar o rap agora... Mas se eu mudar de ideia, a gente vê como faz uma troca mais legal. Perder aula nunca é bom.

Voltando-se para turma, a Fabiana continuou:

— Bem, galerinha, acho que já está claro para vocês que o pagamento dos tributos é importante para garantir o bem-estar da sociedade, não é?

— Desde que o dinheiro recolhido retorne ao povo, principalmente aos mais pobres, em forma de obras e serviços necessários a ele. — lembrou o Paulinho.

— Está tão falante agora, Paulinho? Hummm... Pois sim, também entendemos que o tributo é um pagamento obrigatório para o Estado, criado e decidido por lei e cumprido, principalmente, em forma de dinheiro, e que tem uma FUNÇÃO SOCIAL, ou seja, serve para a promoção do bem-estar da sociedade. Até aqui, tudo bem?

Mostrando o primeiro cartaz, Fabiana continuou:
— Vou apresentar para vocês... tchan, tchan, tchan... alguns dos
senhores tributos. São eles:



1º Impostos

Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, mais conhecido, simplesmente, como **“Imposto de Renda” (IR)**

É o tributo cobrado das pessoas e entidades que recebem dinheiro de trabalho (por salário ou não), de aluguel, de herança, de loteria, de doações etc.

No caso desse imposto, paga mais quem ganha mais. Quem ganha menos, paga menos. São ISENTOS, ou seja, não precisam pagar nada aqueles que recebem menos ainda do que o exigido para contribuir.

Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

Esse imposto é assim: você paga todos os dias sem saber, porque ele está “dentro” do preço das coisas que compramos ou dos serviços que utilizamos. Quando você compra qualquer coisa, seja um bombom, um celular, um *tablet*, uma camisa ou uma revista em quadrinhos, quando pagamos a passagem de ônibus para viajar, quando usamos o telefone ou serviços de luz elétrica, estamos pagando esse tributo.

Mas claro que o valor do imposto não é igual em todos os produtos.

Quando o produto que compramos é considerado ESSENCIAL, como o feijão, a farinha e a rapadura, ele é isento do imposto, então o que você paga é apenas o preço do produto mesmo.

Outros produtos considerados necessários, como arroz, óleo, açúcar, ovos, sal, biscoito e carne, por exemplo, recebem valores menores de imposto, enquanto que joias, cigarros, bebidas alcoólicas e perfumes, por serem considerados SUPÉRFLUOS, tornam-se mais caros também porque recebem mais impostos. Existem produtos em que quase metade de seu preço, ou um pouco mais, são impostos, sabiam?

ATENÇÃO!

As pessoas tem a falsa ideia de que quem paga esse imposto é o vendedor, mas não é verdade. Ele apenas recebe o dinheiro pago pelo consumidor/cidadão na hora da compra da mercadoria e tem obrigação de recolher o valor do imposto embutido no preço dela para o Estado.

E, para garantir isso, é fundamental que o cidadão exija o DOCUMENTO FISCAL, que pode ser a **NOTA FISCAL** ou **CUPOM FISCAL** da compra. Por isso é que o governo faz tantas campanhas de arrecadação desses documentos.

Falaremos mais sobre eles, em breve.

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)

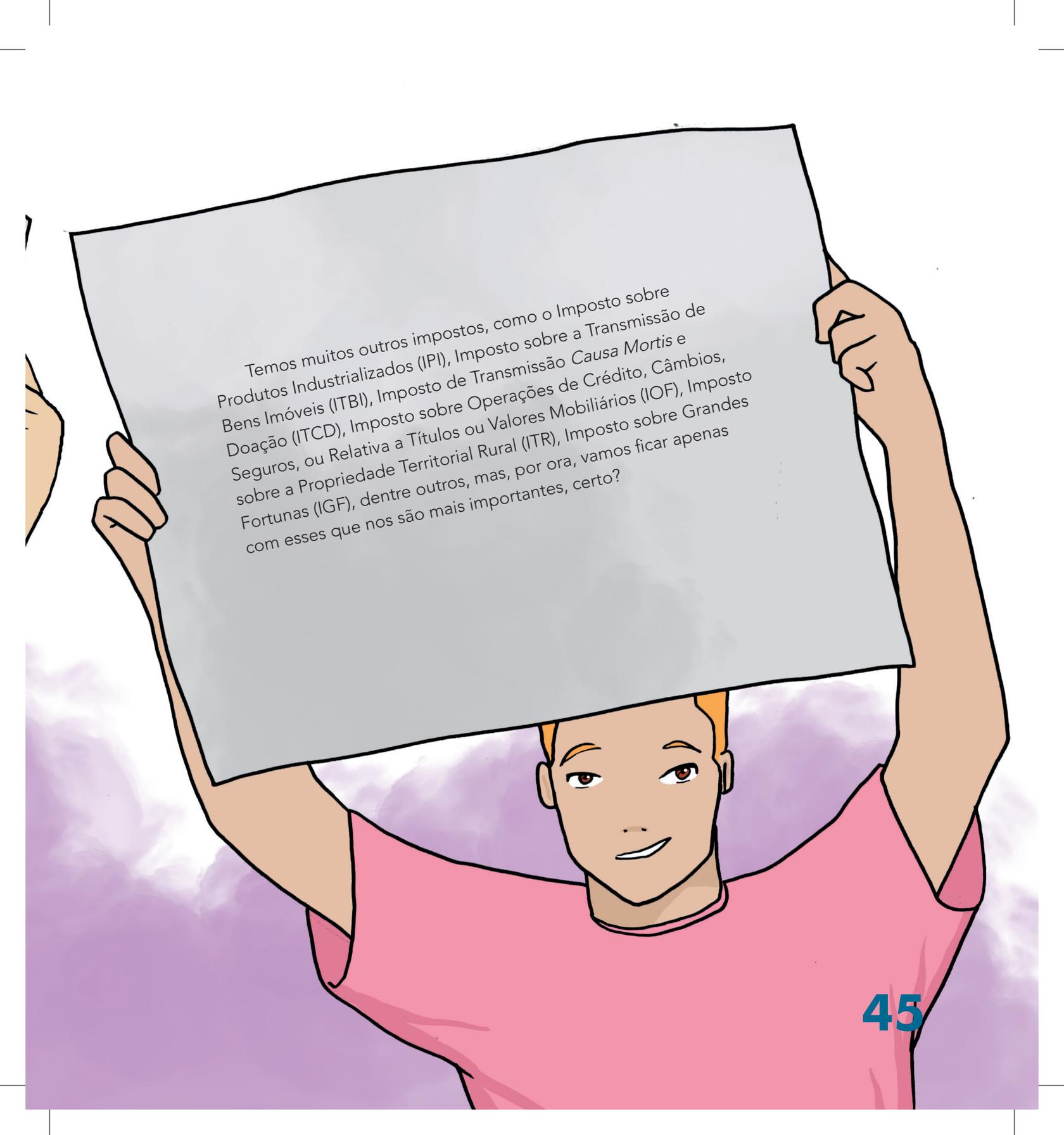
É o tributo pago pelos profissionais (liberais ou autônomos) e empresas quando fazem seus serviços.

Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)

É o tributo pago por quem tem carro, caminhão, motocicleta, embarcação ou aeronave.

Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)

É o tributo pago pelas pessoas que têm casa, apartamento, loja, indústria ou terreno com CADASTRO ou registro na Prefeitura. Quanto maior a área do imóvel ou do terreno, maior é o valor pago. **É o tributo mais importante recolhido pela prefeitura dos municípios.** Por meio dele, a Prefeitura consegue organizar e melhorar a distribuição de todos na cidade. Por exemplo, oferecendo descontos no valor do imposto para estimular as pessoas a morarem em áreas mais livres ou desocupadas, ou a manterem as fachadas de prédios históricos bem conservadas e outras tantas coisas mais.

A cartoon illustration of a person with short orange hair, wearing a pink t-shirt, holding a large, light gray rectangular sign above their head with both arms. The sign contains text in Portuguese. The background is a soft, purple and white gradient. The page number '45' is located in the bottom right corner.

Temos muitos outros impostos, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), Imposto sobre a Transmissão de Doação (ITCD), Imposto sobre Operações Causa Mortis e Seguros, ou Relativa a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF), Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), dentre outros, mas, por ora, vamos ficar apenas com esses que nos são mais importantes, certo?

2º Taxas

São os tributos cobrados aos cidadãos por serviços feitos para a sociedade, como o abastecimento de água e tratamento de esgoto, fornecimento de iluminação pública, de coleta de lixo, dentre outros. Geralmente, só pagam as taxas as pessoas que utilizam esses serviços.

Entretanto, é bom saber que, quando os serviços são colocados à disposição, mesmo que o cidadão não tenha solicitado diretamente, ele poderá ser cobrado por eles.

3º Contribuições de Melhoria

São os tributos cobrados aos cidadãos quando, por realização de uma obra pública qualquer, ocorre a valorização do imóvel desses cidadãos. Como o Estado não tem o DEVER de favorecer a valorização de imóveis de ninguém, quando isso acontece pela construção de praças, estádios ou outras coisas do tipo, e se realmente acontecer essa valorização, o Estado poderá cobrar dos beneficiados esse tributo.

Poderíamos citar também:

As Contribuições Sociais

São tributos pagos pela empresa e pelos trabalhadores para garantir assistência médica e futura aposentadoria.

Os Empréstimos Compulsórios

São tributos cobrados apenas em casos especiais, como em uma guerra ou diante de uma calamidade pública, por exemplo.

Esse tributo é RESTITUÍVEL, ou seja, o valor pago pelo cidadão/contribuinte deverá ser devolvido a ele.

— Galera, pelo que nós conversamos até agora, vocês já devem ter percebido quanto dinheiro o Estado recolhe, ou deveria recolher, de todos os cidadãos. Então, a gente já pensa quanta coisa boa poderia ser feita com ele, não é? Pois vejamos, isso só não acontece por dois motivos:

- Quando o dinheiro recolhido não é usado em benefício da sociedade, como deveria ser; ou
- Quando o dinheiro recolhido é menos do que se deveria para cumprir as necessidades do povo, por causa da sonegação.

— Opa, a professora já tinha falado em sonegação, mas não disse o que era — lembrou Juca, sempre atento.

— SONEGAR, não esqueçam disso, é deixar de pagar ou pagar menos tributos do que se deveria. Isso é muito sério, pois quem sonega, na verdade, está tirando da população, principalmente daqueles que dependem mais do Estado para ter assistência médica e educação, dentre outras necessidades básicas. Por isso, acreditem: **sonegar é crime!**

— É um crime mesmo, Fabi. O sonegador quando não paga seus tributos não está pensando nos outros, naqueles que mais precisam. Pior: está tirando deles! — acusou veemente a Belinha.

— Sim, minha linda, o sonegador deixa de pagar um valor que poderia e deveria ser utilizado na melhoria dos serviços que são oferecidos ao nosso povo e, com isso, a sociedade perde enquanto apenas ele ganha, ou melhor, apenas acha que ganha.



— Ah, então é por isso que a gente vê tanta coisa sem funcionar por aí, não é professora? — alertou Paulinho.

— Não, infelizmente não é só por isso, não... Depois eu falei sobre outras coisas que também “ajudam a atrapalhar”, tá? Por ora, vamos conversar mais um pouquinho sobre essa coisa de sonegação.

Sabiam, garotos, que nós podemos ajudar no combate à sonegação? Sabem como é a melhor forma? Não? Fazendo a NOSSA PARTE. Pagando o que temos que pagar de acordo com as leis e exigindo a Nota ou o Cupom Fiscal quando fizermos compras ou contratarmos serviços. Simples, não é?

— Nota, professora? Que nota? Essa matéria é pra nota? — despertou, de repente o Doutô, quase desabando da cadeira.

— Mermão, agora lascou! — berrou o Mano, levantando as mãos para os céus dos distraídos.

— Calma, rapazes, a Nota da qual estou falando é outra... Mas prestem bem atenção no que estou falando, seus cochiladores. Estão dormindo no ponto, hein?

A Nota e o Cupom Fiscal são documentos de controle que recebemos quando pagamos compras em supermercados, lojas, farmácias etc., ou em serviços feitos em gráficas, assistências técnicas, dentre outros.

Essa Nota/Cupom Fiscal é a principal garantia de que o Estado receberá do vendedor/prestador de serviço o tributo, o ICMS, que você pagou na hora em que comprou o seu produto ou recebeu o produto do serviço contratado.

— Professora, quando não exigimos a Nota/Cupom, o dono da loja pode não pagar ao governo e ficar com esse dinheiro para ele?

— Sim, Juca. Não podemos esquecer que quando pagamos um produto, estamos pagando o valor do produto, que deve ficar com a loja onde compramos, e o valor do imposto, o ICMS, que o dono da loja deverá recolher e enviar para o governo. Se o dono da loja for um cidadão, que nem vocês, ele sempre oferecerá a Nota/Cupom Fiscal e repassará esse tributo ao governo, assim como, se o comprador for um de vocês, cidadãos, ele sempre exigirá a sua nota.



É DEVER de todo contribuinte (dono da loja ou estabelecimento comercial) entregar a Nota Fiscal ao consumidor (cidadão que compra), e é DIREITO de todo consumidor exigir a sua Nota/Cupom Fiscal.

— Fabi, mas quando a loja não tiver Nota nem Cupom, RECIBO serve? — lembrou Tinoco, acostumado a comprar coisas no bairro.

— Não, Tinoco, recibo é outra coisa. E mais, se a loja não tiver Nota nem Cupom, o certo mesmo é deixar de comprar nessa loja e procurar outra, mesmo quando o vendedor disser que sem Nota é mais barato... Não façam isso, tá?



— Aí é difícil, profi. Muita tentação... — brincou o Mano, cruzando os braços e colocando as pernas compridas na carteira do colega da frente.

— Aliás, queria dizer uma coisa para vocês que gostam muito de música e cinema, ouviu, seu Mano? Quando nessas banquinhas, que encontramos em todos os lugares, as pessoas compram produtos “piratas”, CDs e DVDs, ou produtos que chegam “escondidos” de outros países, sem pagar impostos, por exemplo, elas estão sonogando também, e, além de deixar de recolher o dinheiro que deveria chegar ao Estado, prejudicam aos artistas e todos os que trabalham na indústria cultural. Isso também é crime, viu?

— Vi isso na televisão, professora. Por causa da PIRATARIA, muitas lojas e indústrias fecharam, desempregando pessoas. Também menos empregos são criados. Produtos de baixa qualidade e medicamentos falsos são produzidos e vendidos por aí, prejudicando a população, e não são respeitados os direitos autorais dos artistas — denunciou a Belinha, antenada.

— Sim, o CONTRABANDO é o comércio de mercadorias proibidas por lei, como drogas, armas, medicamentos e outros produtos, como os “piratas”.

— Professora, também existem pessoas que fazem “gato” em casa para enganar a companhia elétrica e não pagar o que devem — lembrou Tinoco, que morava num lugar onde os vizinhos faziam isso para “economizar”.



— O que muitos não sabem, garotos, é que a pirataria muitas vezes financia o crime organizado, o tráfico de drogas, de armas e o terrorismo internacional, o que estimula a violência urbana e, ao final, diminui a nossa segurança.

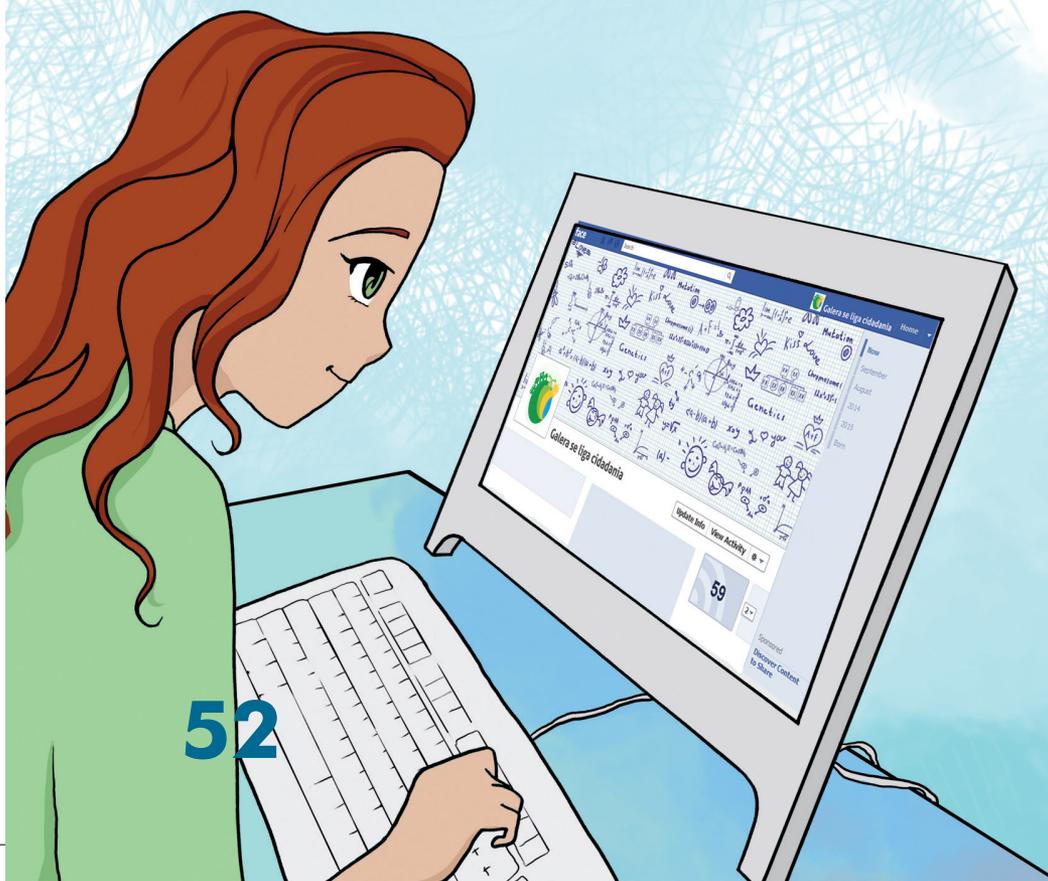
— Credo, tia. Eu não sabia que comprar um CDzinho “genérico” era tão sério assim...

— As pessoas não sabem de muitas coisas, Mano, mas preferem apenas ver e reclamar da corrupção do governo e se esquecem de se vigiar, achando que a SUA corrupção, que acham ser coisa pequena, não tem problema nenhum nem prejudica a ninguém. Engano grande, viu?

— Pois, Fabi, lá em casa não entram mais esses filmes. Tô fora! — proclamou o Paulinho, aborrecido pelo pai dele não saber dessas coisas e comprar sempre esses produtos na porta da churrascaria — Muitas vezes essas porcarias nem rodam direito...

Percebendo a tensão da sala, a professora começou a contar histórias engraçadas para aliviar o “clima”. Aproveitou para falar sobre a já famosa *fan page* da “Galera...” e do blog da Belinha.

— Belinha, vocês trabalharam muito ontem, né? Li diversas postagens que vocês fizeram.



A página está linda, super colorida, e a pesquisa de material de vídeos e *links* é incrível. Vocês estão arrasando. Pense, como estou orgulhosa.

— Fabi, eu e a galera procuramos nos jornais vários assuntos sobre os temas falados em sala de aula. Como sabíamos que hoje vocêalaria sobre corrupção, pirataria e contrabando, nós pesquisamos. Olha, quase que a gente não conseguia escolher, pois os jornais estão cheinhos de matérias sobre isso... Sério, Fabi, é coisa demais. Cê não tem noção...

Fabiana lamentou essa realidade, mas novamente aproveitou para afirmar que era justamente por isso que eles não poderiam deixar de entender como as coisas funcionavam: caberia a eles fazer diferente para mudar a vida das pessoas!

Depois, com o costumeiro sorriso, Fabi lembrou que o Plutarco, professor de matemática, já estava preparando uma aula especial para eles, onde aprenderiam a calcular o ICMS dos produtos de uma cesta básica:

— O legal é que vocês vão poder saber, na hora da compra, o que estão pagando de imposto em vários produtos, como açúcar, café, pão, arroz, farinha, batata, óleo, manteiga, frutas... Só a nata!

— Ei, Fabiana — perguntou o Doutô, com aquela preguiça de sempre e de toda vida —, vou pedir pra minha mãe assistir a essa aula por mim... Pode, não?

— NÃÃÃOOO... — respondeu a turma inteira, numa gargalhada que parecia correr o mundo e a dimensão paralela, a terra das fadas e as galáxias adjacentes, numa vergolha alheia gigantesca!





54

Episódio 4

Gestão Democrática dos Recursos Públicos

Ah, mas naquele dia, podem acreditar, a garotada estava acesa. Reuniram-se na tarde anterior com o professor Plutarco e fizeram a experiência de compra de uma cesta básica e, produto por produto, foram calculando o tal imposto chamado de ICMS.

O professor aproveitou para lembrá-los da importância de comparar os preços para comprar aquele que oferece mais vantagem, que tem o menor juro e/ou maior desconto. Disse para evitar o consumismo desnecessário, a mania de gastar por gastar, sem economizar, e atentarem especialmente para o desperdício. A turma estava começando a entender também de economia, do real valor das coisas, algo que, sabiam, levariam pela vida inteira!

Ali, também, outra novidade: descobriram quem foi o autor da pichação da estátua da pracinha, além das outras “artes”. Alguém viu e denunciou.

— Tenso... — dizia Paulinho, lentamente, como se fora ele o grande culpado do acontecido. Só que não, claro.

Quando a Fabiana chegou na sala, a galera correu para contar tudo, tintim por tintim, de suas novas descobertas e aprendizagem.

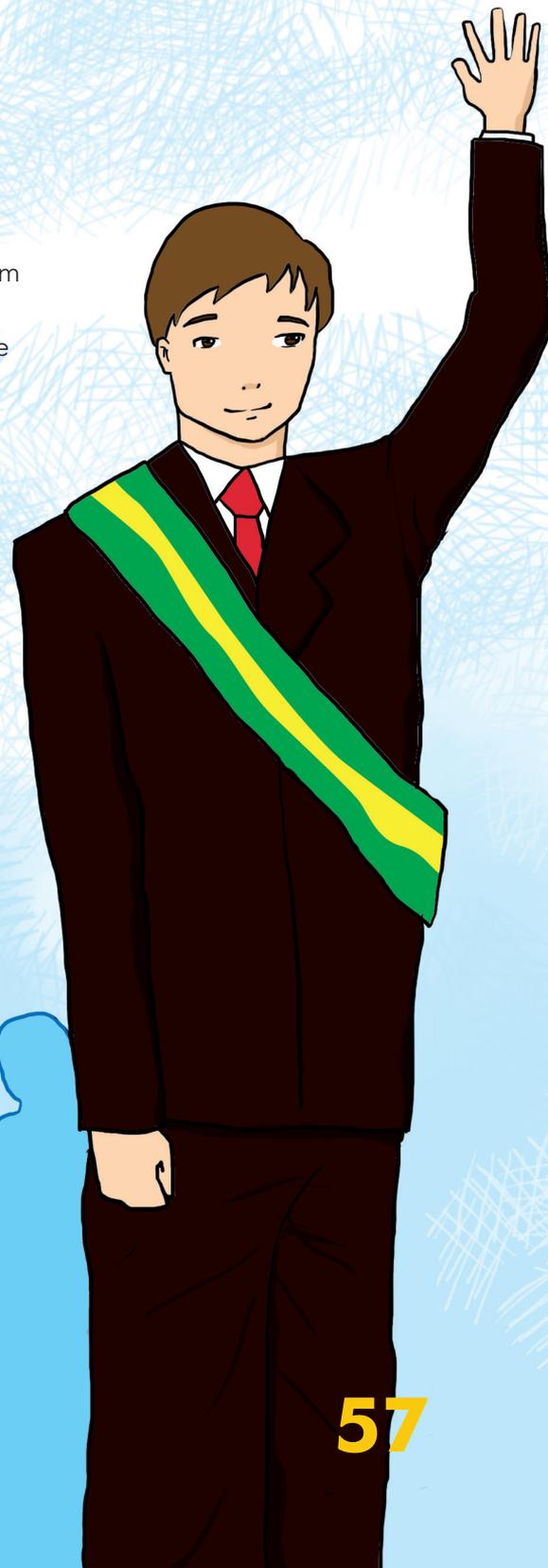
Daí a Belinha, só podia ser ela, perguntou:

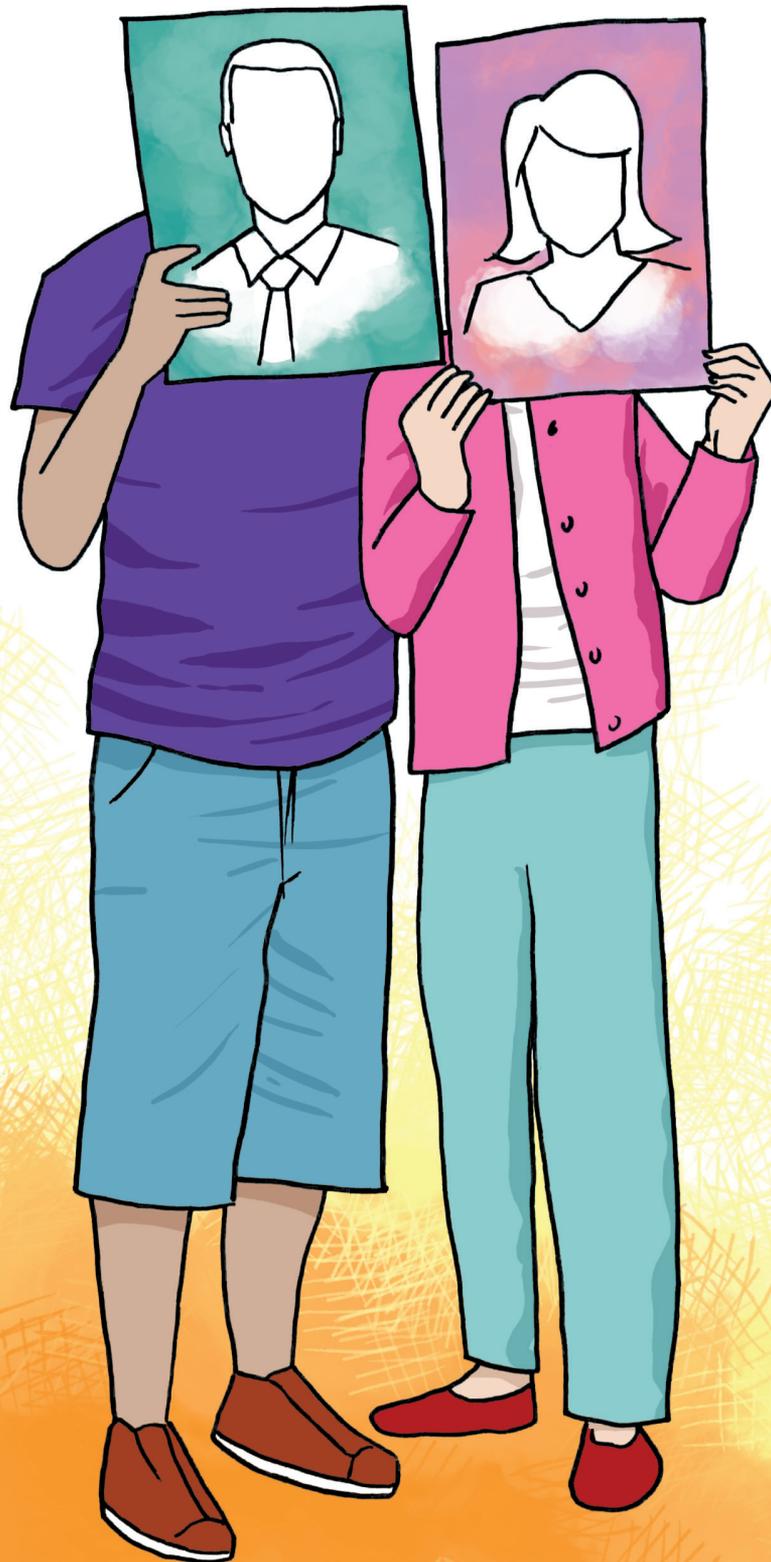
— Fabi, Fabi, podemos dizer, então, que quanto mais compras as pessoas fizerem, mais notas ou cupons fiscais, será maior a quantidade de dinheiro que o governo vai ter para fazer as coisas para a população, não é?

— Bem, deveria ser assim, mesmo, mas... da mesma forma que muitas pessoas não agem como verdadeiros cidadãos, cumpridores de seus deveres, muitas vezes os governantes esquecem o motivo pelos quais foram eleitos, e a quem representam, e não cumprem os seus deveres também. Vamos pensar juntos...



Os governantes são escolhidos por nós, por meio do **voto**, nas eleições. Presidentes, governadores, senadores, prefeitos, deputados e vereadores trabalham para nós e foram eleitos para nos representarem e decidirem com a gente o que fazer com os tributos que o Estado recebe. Era para ser assim.





Por isso, turma, votar não é brincadeira, não, viu?
Devemos conhecer bem aqueles em quem votamos.
Votando de qualquer jeito, só porque é obrigatório votar, todos nós perdemos.
Já pensou se votarmos em alguém que não conhece a realidade de nosso povo, que não sabe das suas principais necessidades?

— Mas, espera aí, professora... Quer dizer que esses governantes podem cobrar os tributos da gente do jeito que der na telha deles, é?

— Felizmente, não, Tinoco. Nós não falamos que os tributos são criados e definidos por lei? Pois então?

O governo só poderá cobrar um imposto quando os representantes, por nós escolhidos, decidirem como e quando eles serão cobrados.

Da mesma forma, todo o dinheiro que é recolhido por meio dos tributos só será utilizado onde e como for decidido por esses nossos representantes.

— Por isso que você disse, Fabi, que o governo, de certa forma, somos nós mesmos...

— Sim, Juca. E é dever do governo receber os tributos, guardá-los, administrá-los e usá-los de forma correta e sem desperdício. Deve também garantir que tudo o que recebeu retornará ao povo em forma de benefícios comuns.

— E como o governo tem esse controle? É tanto dinheiro vindo de tanto lugar diferente... — questionou Tinoco, já com uma pontinha de desconfiança que esse negócio não poderia dar certo.

— Para isso, Tinoco, é que o governo faz o seu ORÇAMENTO. Assim, ele deve saber exatamente o que ganha, ou seja, a sua RECEITA, e quanto ele gasta, a sua DESPESA.

— Já vi tudo, Fabi. Quando se gasta mais do que se recebe, fica todo mundo no prejuízo!

— Ah, Paulinho, legal, estou gostando de ver. Isso não pode, quer dizer, não deveria acontecer... Por isso, o governo tem que fazer um bom PLANEJAMENTO e se esforçar para arrecadar os tributos, guardá-los e administrá-los de forma correta.

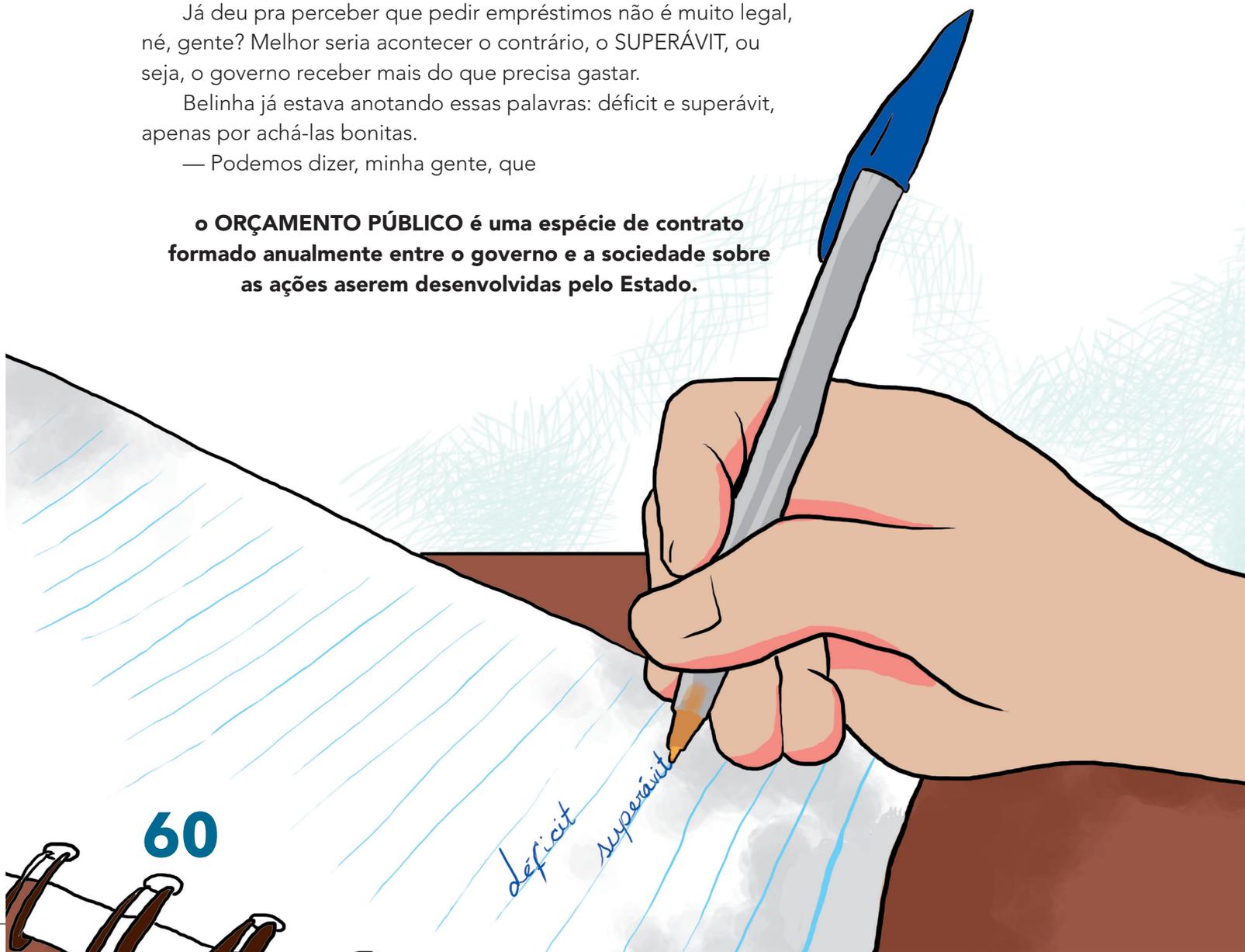
Quando a receita do governo não é suficiente para pagar as contas, ou seja, há DÉFICIT, o governo tem que fazer “cortes”, aumentar a arrecadação de impostos — que já é uma carga tributária muito grande —, ou tomar empréstimos.

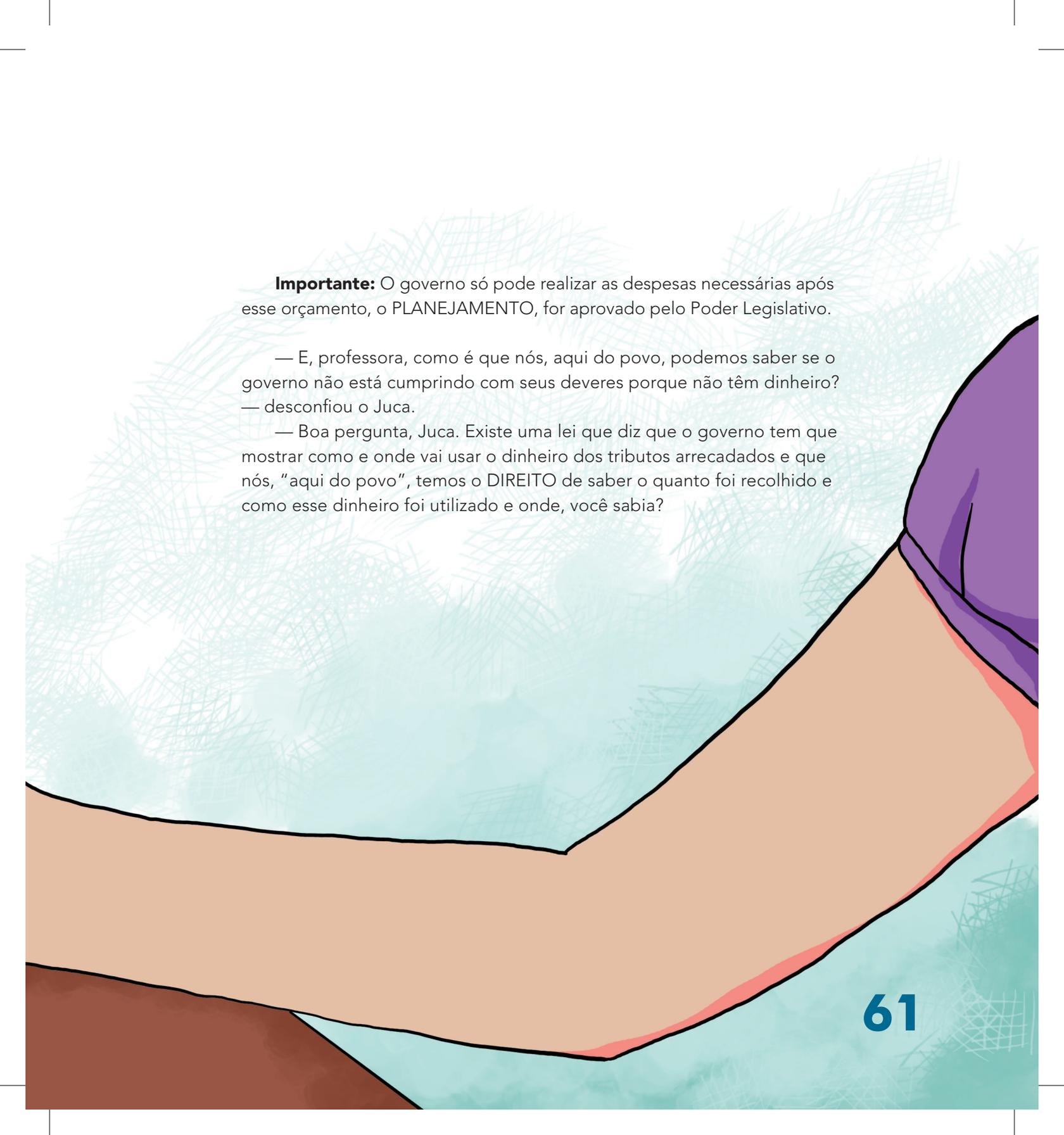
Já deu pra perceber que pedir empréstimos não é muito legal, né, gente? Melhor seria acontecer o contrário, o SUPERÁVIT, ou seja, o governo receber mais do que precisa gastar.

Belinha já estava anotando essas palavras: déficit e superávit, apenas por achá-las bonitas.

— Podemos dizer, minha gente, que

o ORÇAMENTO PÚBLICO é uma espécie de contrato formado anualmente entre o governo e a sociedade sobre as ações serem desenvolvidas pelo Estado.





Importante: O governo só pode realizar as despesas necessárias após esse orçamento, o PLANEJAMENTO, for aprovado pelo Poder Legislativo.

— E, professora, como é que nós, aqui do povo, podemos saber se o governo não está cumprindo com seus deveres porque não têm dinheiro?
— desconfiou o Juca.

— Boa pergunta, Juca. Existe uma lei que diz que o governo tem que mostrar como e onde vai usar o dinheiro dos tributos arrecadados e que nós, “aqui do povo”, temos o DIREITO de saber o quanto foi recolhido e como esse dinheiro foi utilizado e onde, você sabia?

Não, ninguém sabia, claro. E saiu de Tinoco:

— E que lei é essa, Fabi?

— É a Lei de RESPONSABILIDADE FISCAL.

Fabi escreveu na lousa, em letras enormes, a palavra...



— Era muito comum, antes da lei, acontecer que os governantes que deixavam os seus mandatos, deixavam também as dívidas, compromissos de pagamento, e outras coisas mais que o seu sucessor tinha que dar um jeito de resolver, pois não tinha receita que desse conta... Era uma confusão danada e, lógico, quem pagava o pato era sempre o povo.

A Lei de Responsabilidade, além de criar várias formas de controlar os gastos, principalmente com a folha de pagamento dos funcionários, deixou a utilização dos recursos públicos mais TRANSPARENTE.

— Transparente? Como é isso?

— Hoje, Juca, é possível que qualquer cidadão possa saber das contas do governo: o que ele arrecadou (quanto) e como pretende gastar (onde). É um DIREITO do cidadão. Transparência é isso, deixar tudo às claras, visível a qualquer momento e a quem desejar.

**A TRANSPARÊNCIA fortalece a democracia,
valoriza e desenvolve a noção de CIDADANIA.**

Afinal, é muito importante nós pagarmos os nossos tributos, e, da mesma maneira saber como está sendo gasto nosso dinheiro e até participar da escolha de como e onde ele será utilizado. Não é justo isso, turma?

— Professora, com essa transparência, podemos evitar o desperdício, o desvio do dinheiro arrecadado dos tributos e a sua má utilização em coisas que não são do interesse do nosso povo.

— O próprio governo, Paulinho, deve estimular que nós participemos cada vez mais nessas escolhas e decisões de como e onde se aplicará o dinheiro dos tributos. Isso é o que chamamos de CONTROLE SOCIAL!

Caso o governante não fique atento à Lei da Responsabilidade Fiscal, poderá pagar multa, perder o seu mandato ou mesmo ser preso, sabiam?

— Por que, então, ele seria um corrupto, professora? — o Juca coçava a cabeça. Com sua mania de ler revistinhas de super-heróis, fazia tempo que estava invocado com esse negócio de corrupção, pirataria, contrabando e sonegação.

— Corrupto, Juca, é todo aquele que pratica a CORRUPÇÃO, ou seja, quem age desonestamente em benefício próprio, lesando o país, o patrimônio público — explicou a Fabiana.

— Por causa deles é que também vemos tanta injustiça, pessoas sem ter onde morar, ruas mal cuidadas ou sem iluminação, sem água tratada, crianças morrendo de doenças que não deveriam mais existir, desemprego, violência, escolas sem professores, hospitais sem médicos ou medicamentos... — lamentou a Belinha.

— Sim, os corruptos são também responsáveis por isso tudo, mas é muito importante termos a consciência de que não existe corrupção pequena ou grande. A corrupção é sempre uma coisa ruim. Tem muita gente que compra produtos roubados, como celulares, rádios, CD players vendidos bem baratinho nas ruas e feiras, pensando apenas na SUA VANTAGEM. Na hora não lembra que, fazendo isso, está estimulando que aqueles corruptos continuem roubando cada vez mais, pois sabem que tem quem compre aquela mercadoria roubada, sem perguntar de onde vem, sem pedir nota ou garantia... No caso, corrupto é quem vende, **mas também quem compra!**

— O verdadeiro CIDADÃO cumpre os seus deveres, paga corretamente seus tributos, escolhe bem seus representantes, exige deles a consciência e a garantia do uso do dinheiro recolhido dos impostos e taxas em favor do bem comum; fiscaliza o governo, pressiona para que seja tudo claro (o que se recebe e a sua utilização) e cobra da justiça a punição aos sonegadores e aos maus governantes.

— “O cidadão denuncia o mau uso dos recursos públicos, a baixa qualidade dos serviços prestados à população, a exclusão social e a violação dos direitos humanos” — afirmou Belinha, lendo o trechinho de seu caderno de notas.



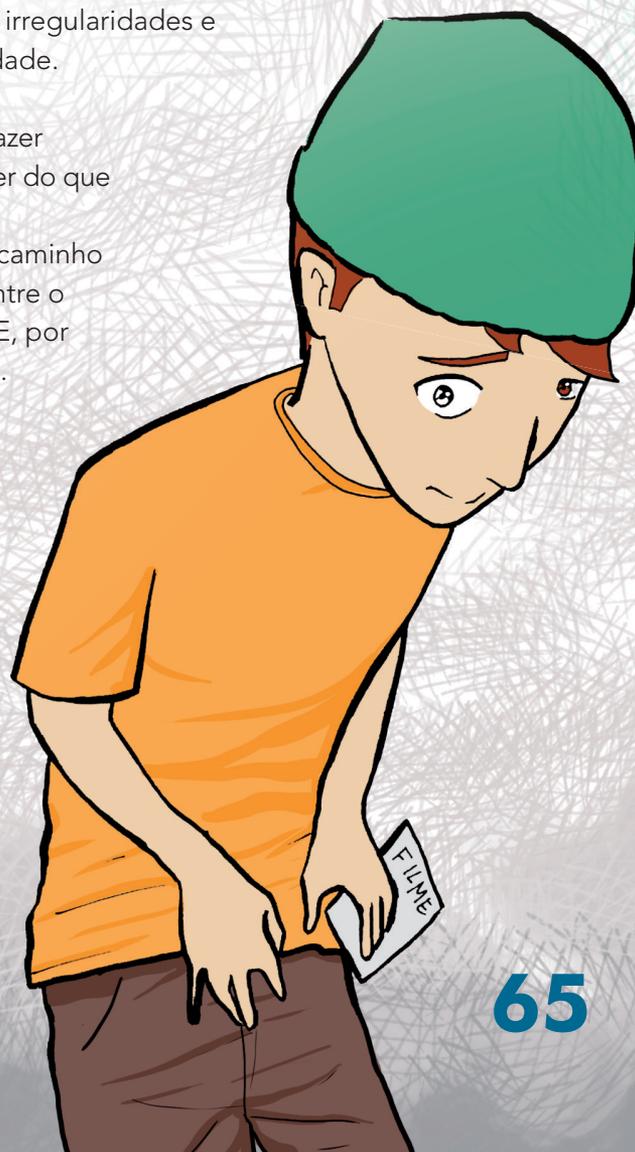
— Vocês estão percebendo como são as coisas, gente? Vamos lembrar alguns pontinhos sobre os quais já falamos por aqui, para ir ligando uns aos outros. Vamos lá:

- O governo só pode cobrar qualquer tributo se ele for criado por lei. Isso quer dizer que esse tributo tem que ser antes autorizado pelos representantes eleitos pelo povo;
- Todo gasto público também precisa ser autorizado por lei, ou seja, os representantes eleitos pelo povo o autorizam por meio do ORÇAMENTO;
- Nós, enquanto cidadãos, temos o direito de acompanhar as contas do governo, sua utilização, e de participar das suas decisões sobre os recursos públicos, por meio e juntamente com nossos representantes eleitos; e
- Temos direito de exigir a transparência dos atos do governo e a responsabilização das autoridades diante de irregularidades e ações que tragam qualquer prejuízo à sociedade.

— Fabi, é nosso direito nos manifestarmos, fazer mobilizações, expressar as nossas vontades e dizer do que precisamos.

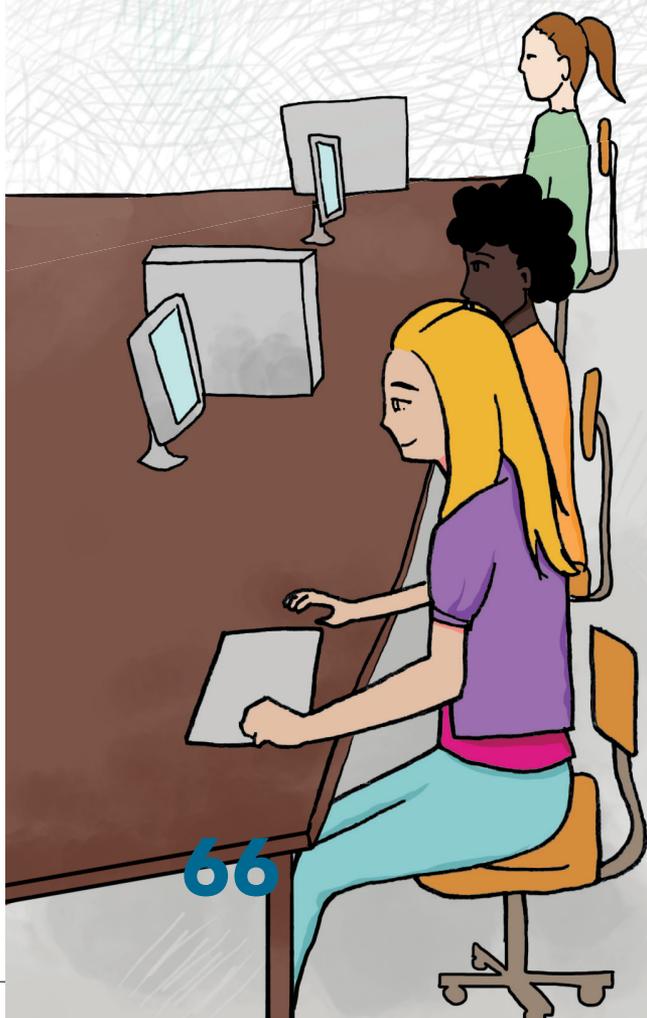
— Sim, Juca, o diálogo é sempre o melhor caminho e é importante que aconteça, principalmente entre o Estado e a sociedade. Violência é sempre ruim. E, por falar em diálogo, onde estão o Mano e o Doutô. Não vieram para aula hoje?

Realmente, até então, ninguém havia dado pela falta dos garotos. Fosse por isso, a aula estar seguindo tão tranquilamente. Você notaram? E onde, afinal, eles estavam? Ninguém sabia, mas eles e vocês logo saberão.



Bem, o certo é que a turma saiu da sala de aula da Fabiana muito convencida de que as pessoas, os adultos, estavam muito acomodados. Que poucos são os que usam de seus direitos e outros tantos que não têm a menor ideia de quais são os seus deveres. Conversaram por um bom tempo sobre isso. Para eles, parecia que agora poderiam mudar o mundo, ajudar as pessoas a entenderem que dependia delas a mudança de seu destino. No laboratório de informática, postavam no blog, na *fan page*, divulgavam suas descobertas nas redes sociais, falavam em programas improvisados na rádio da escola.

Enquanto isso, nem imaginavam que o jardineiro da escola, no final de semana em que aconteceu o incidente na pracinha, viu alguns rapazes fazendo aquilo tudo. Dentre eles, reconheceu o Mano e o Doutô, conhecidos por todo mundo. Pois é, gente, foi por isso que eles não apareceram na sala de aula. A diretora chamou os pais deles, conversou com eles, na presença dos filhos. Os rapazes estavam tristes e arrependidos e contaram para a diretora que, até aquele dia, não tinham noção de que estavam quebrando e pichando algo que era DELES, e não do governo, e que não sabiam das dificuldades para chegar os recursos de manutenção da velha pracinha, nem pensavam que poderiam estar prejudicando a tantas pessoas, eles mesmos, com a destruição de um espaço que poderia servir bem a toda aquela comunidade. Pediram um voto de confiança para ela e os pais. Prometeram ajudar no que fosse possível para mudar aquilo. Topavam até tocar com a Banda de Dois para conseguir dinheiro para fazer as reformas da praça. Consertar as coisas, fazer diferente.



O que aconteceu mesmo, depois disso, foi que a diretora da escola, na semana seguinte, passou de sala em sala, por meio dos professores, anunciando um acontecimento tudodobombástico, a **I Feira de Cidadania Fiscal**:

— Isso mesmo, meus caríssimos alunos. Sabemos que “a escola não muda o mundo, mas com o mundo”. Por isso, a nossa Feira quer contribuir para formar uma consciência crítica e cidadã. Com ela, nós todos entenderemos quais são os nossos direitos e deveres, assim como os direitos e deveres do Estado, além da função social dos tributos e a importância do controle da sociedade sobre os gastos públicos.



Pronto, agora não eram apenas os alunos da professora Fabiana que discutiam aqueles assuntos, mas a escola inteira, cada um de seu jeito.

A Fabi, claro, estava felicíssima. Acreditava que o trabalho coletivo sempre era mais proveitoso, pois fazia com que os alunos partilhassem ideias, aprendessem a se respeitar, a dialogar, a escolher juntos, numa prática cidadã e democrática.

— Descobrir o outro não é um exercício de respeito? — dizia.

Só sei que a Feira foi um sucesso tremendo e inimaginável.

Os alunos do Fundamental I fizeram painéis bem bacanas sobre o *Estatuto da Criança e do Adolescente*:

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.”

Por trás de mesinhas coloridas, as crianças explicavam alguns dos seus direitos e entregavam chocolates enrolados com artigos do Estatuto.

Outros alunos, também do Fundamental, apresentaram o *Estatuto do Idoso* e realizaram esquetes, levaram seus avós, projetaram filmes na biblioteca.

“O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde, em condições de liberdade e dignidade.”

Uma turma do Fundamental II, uma das que visitou a Câmara de Vereadores, a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Justiça, apresentou o panorama “Constituição Cidadã”. Criaram esquetes representando os poderes do Estado: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

A turma da Belinha pediu o laboratório de informática e, por meio de seus computadores e internet, os visitantes, alunos e pais, acessavam o “Portal da Transparência” do governo, enquanto os garotos falavam sobre controle social e orçamento público. Aliás, ao final da Feira, a Belinha apresentou um orçamento público desenvolvido pela sua turma, no qual, dentre as prioridades, estava a melhoria das escolas, de seus equipamentos, dos salários dos professores e a entrega do ginásio reformado.

Outra turma do Fundamental II apresentou um grande painel grafitado sobre os Direitos Humanos. Cantaram músicas, distribuíram panfletos, fizeram um mural de recortes de jornais, repleto de fotografias de gente de todos os tipos, raças, sexos, religiões e culturas.

Outra parte da turma da Fabi saiu em torno da escola coletando depoimentos entre os comerciantes, os mecânicos, os prestadores de serviço e as donas de casa. Levaram alguns deles para a Feira e simularam uma espécie de “estúdio de programa de televisão”, onde realizaram um grande debate: até onde os comerciantes tinham noção da importância do imposto que era recolhido na compra de seus produtos e serviços? E as donas de casa, sabiam da importância de se pedir sempre a Nota/Cupom Fiscal? E pediam?

Os mesmos alunos tomaram de conta da rádio e entrevistaram alguns vereadores mais ligados ao bairro, líderes comunitários, membros da associação do bairro, do Conselho Escolar e de Pais, além de transmitirem, de lá, mensagens sobre cidadania.

O Paulinho, que gosta muito de História, reuniu alguns colegas e criou um fanzine coletivo contando a origem e a história dos tributos no país e no mundo. Alexandre, o professor da disciplina, que orientou e acompanhou o trabalho deles, gostou tanto, que passava as manhãs no espaço onde eles se apresentavam.

Outra turma, juntamente com a professora de Ciências e de História, apresentou um trabalho sobre consumismo, desigualdade social e desperdício, por meio do data-show e telão cedidos pela escola. Montaram na quadra uma mesa repleta de produtos, onde apresentaram "Os Direitos e Deveres do Consumidor", baseados no Código. As mães dos alunos ficaram superinteressadas na exposição dos garotos.

Nos corredores da escola, cartazes de cartolina e papelão, em molduras de papel colorido laminado e crepom, traziam entre desenhos coloridos:

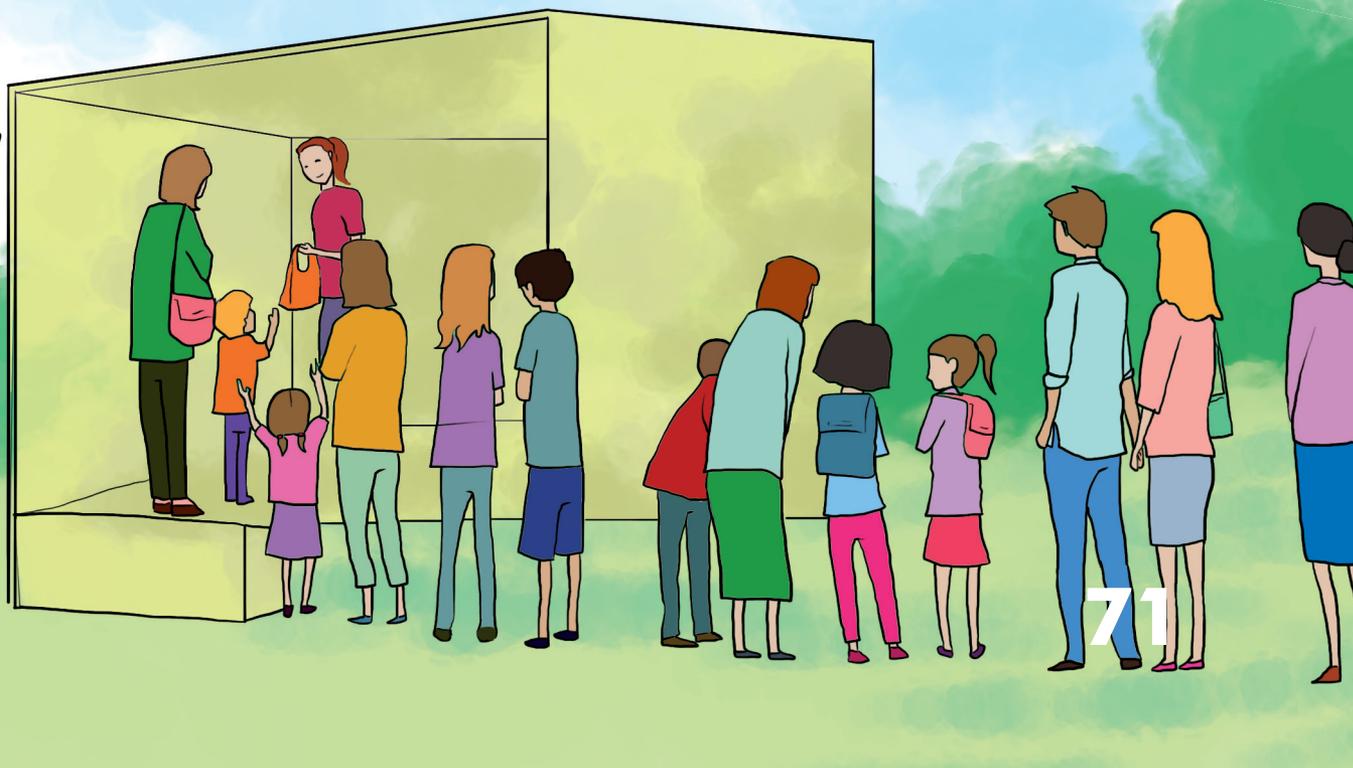
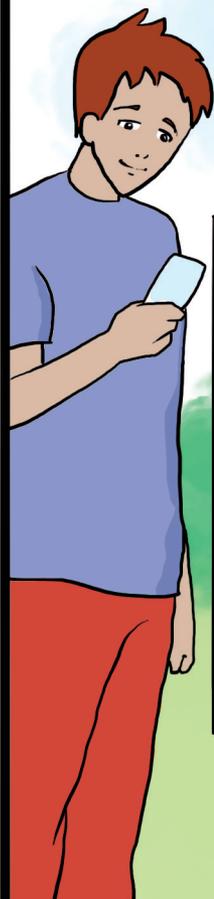
**"Por uma sociedade mais justa, solidária, digna,
sem exclusão social:**

- Educação de qualidade acessível e permanente para todos;
- Paga mais tributos quem tem mais renda, maior patrimônio ou consome produtos de luxo/supérfluos;
- Orçamento Público com participação popular."

O mais legal é que a Feira funcionava dentro da escola, mas também fora dela, chamando a atenção de toda a gente. Isso mesmo, a escola preparou um mutirão e deram uma melhorada na pracinha, onde aconteceriam algumas das atividades da Feira.

Os alunos do Ensino Médio, por exemplo, fizeram uma “feira dentro do Feira”. Funcionava assim: os visitantes entravam numa sala simulada de supermercado, com prateleiras, balança e alguns produtos comuns doados pelos pais de alunos, como rapaduras, docinhos, chocolates, arroz, açúcar, sal, além de roupas usadas, peças de casa e artesanais, dentre outras, etc. Quando chegavam, recebiam uma sacola e começavam a comprar. Ao final, recebiam uma nota fiscal de mentirinha e eram orientados a nunca deixar de pedi-la ao vendedor. O dinheiro correspondente ao produto adquirido era devolvido ao pai de aluno, que o tinha comprado, e a parcela do imposto calculado e cobrado ficaria numa caixinha. Depois da Feira, os alunos se reuniram para decidir, em conjunto, em quê seria aplicado aquele “recurso público”, após incentivarem a participação de todos os alunos, professores e funcionários, lembrando de que investiriam em algo que fosse para o bem-estar da maioria, da coletividade.

Durante os dias da Feira, os professores montaram uma gincana de arrecadação de notas e cupons fiscais que, ao final, foram doados para uma entidade do bairro que trabalhava com crianças órfãs.







Claro, as atividades culturais, também aconteceram na pracinha, no local da velha quadra, onde os amigos grafiteiros criaram painéis irados para embelezar o local dos shows da “Banda de Dois”, que agora eram quatro, pois o Paulinho e o Tinoco aderiram a ela com seus talentos musicais e compuseram até a música: “Ligados em Cidadania”. Mesmo assim, de birra, continuou a ser chamada “Banda de Dois”, um fenômeno de sucesso na escola e, agora, na comunidade.

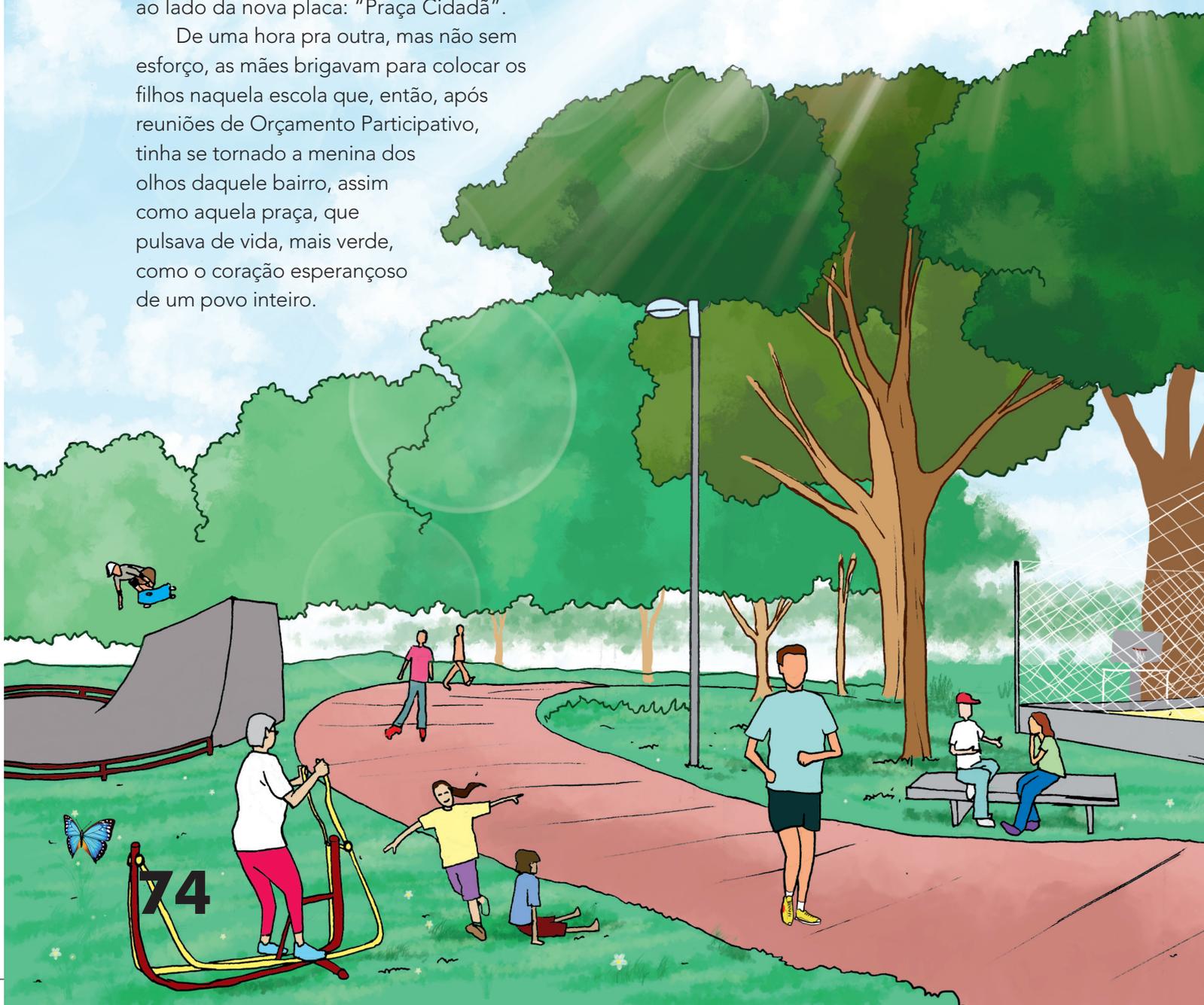
Ah, não poderia esquecer: o Doutô, que sempre fora chamado assim, mesmo sem ninguém saber o porquê, agora era um doutor de verdade... em CIDADANIA!

O êxito da Feira foi tão grande que chamou a atenção da televisão e das rádios comunitárias. Os blogs e redes sociais que divulgavam a Feira e o trabalho dos alunos estavam bombando, repletos de curtições e comentários legais.

A visitação foi imensa durante a semana inteira e muita gente importante quis conhecer de perto o que estava acontecendo naquela comunidade.

Nos meses seguintes, para alegria geral, a prefeitura anunciou a entrega da “nova” pracinha, toda reformada, numa movimentada inauguração com um campeonato entre as escolas públicas da cidade. No centro, a estátua da diretora ao lado da nova placa: “Praça Cidadã”.

De uma hora pra outra, mas não sem esforço, as mães brigavam para colocar os filhos naquela escola que, então, após reuniões de Orçamento Participativo, tinha se tornado a menina dos olhos daquele bairro, assim como aquela praça, que pulsava de vida, mais verde, como o coração esperançoso de um povo inteiro.



“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre. Há sempre possibilidade de recomeçar.”

Paulo Freire



Sobre o autor



Raymundo Netto é escritor, editor, quadrinhista e produtor cultural. Estreou na literatura com o romance *Um Conto no Passado: cadeiras na calçada*, ganhador do I Edital de Incentivo às Artes da SECULT/CE. Em 2007, seu livro de contos, *Os Acangapebas*, ganhou o Edital de Literatura da Funcet (SecultFOR), além do Prêmio Osmundo Pontes da Academia Cearense de Letras. É autor de *Centro: "coração" malamado*, parte da coleção Pajeú, da Secretaria de Cultura de Fortaleza. Escreve, desde 2007, crônicas para o Caderno "Vida & Arte" do jornal **O POVO**. Foi coordenador de Políticas do Livro e de Acervos da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará. Dentre suas obras de literatura infantojuvenil: *A Bola da Vez* (2008), *A Casa de Todos e de Ninguém* (2009), *Os Tributos e a Cidade* (2011) e *Boto Cinza Cor de Chuva* (2013), todos publicados pelas Edições Demócrito Rocha. Em 2012, recebeu a Medalha Boticário Ferreira, da Câmara Municipal de Fortaleza.